



## **IDENTIDADES DIVERGENTES: A CONFLUÊNCIA DA SEXUALIDADE LGBTQIAPN+ E DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO BIOPOLÍTICO E JURÍDICO<sup>1</sup>**

### ***DIVERGENT IDENTITIES: THE CONFLUENCE OF LGBTQIAPN+ SEXUALITY AND AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE BIOPOLITICAL AND LEGAL CONTEXT***

**Juliana Luiza Mazaro<sup>2</sup>, Joice Graciele Nielsson<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Trabalho desenvolvido a partir do Projeto “Pessoas com transtornos globais de desenvolvimento (TGD) no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: políticas públicas para a inclusão educacional e profissional” desenvolvido junto ao Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Políticas Afirmativas e Diversidade da CAPES, EDITAL 17/2024, no PPGD da UNIJUI-RS

<sup>2</sup> Pós-doutoranda no PPGD UNIJUI, no âmbito do projeto de pesquisa Políticas Afirmativas e Diversidade Edital 17/2023 pela UNIJUI. Doutora em Direito pela UNICESUMAR. Mestra em Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR. Bacharel em Direito pela Universidade Paranaense - UNIPAR.

<sup>3</sup> Doutora em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) com estágio pós doutoral em Direito pela Università degli Studi "G. d'Annunzio" - Chieti – Pescara Itália. Professora do PPGD UNIJUI.

#### **RESUMO**

A interseção entre a sexualidade LGBTQIAPN+ e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um campo emergente que desafia normas sociais e revela a complexidade da experiência humana. A sexualidade e o TEA interagem de formas que podem refletir e desafiar estereótipos existentes. Embora a aceitação das minorias sexuais e a visibilidade das pessoas com TEA tenham avançado, a confluência desses aspectos é frequentemente negligenciada, especialmente no campo jurídico. O problema central é como o modelo biopolítico de poder influencia a vivência dessas minorias, perpetuando uma dupla discriminação. O objetivo é explorar essa relação para promover inclusão e respeito à diversidade, contribuindo para políticas e práticas mais justas e empáticas. Verificou-se que as pessoas com TEA da comunidade LGBTQIAPN+ enfrentam uma dupla vulnerabilidade diante do modelo biopolítico heteronormativo, pois, tem uma ou ambas identidades divergentes desconsideradas na efetivação de seus direitos. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com abordagem hipotético-dedutiva.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Direitos. LGBTQIAPN+. Transtorno do Espectro Autista.

#### **ABSTRACT**

The intersection between LGBTQIAPN+ sexuality and Autism Spectrum Disorder (ASD) is an emerging field that challenges social norms and reveals the complexity of human experience. Sexuality and ASD interact in ways that can reflect and challenge existing stereotypes. Although the acceptance of sexual minorities and the visibility of people with ASD have advanced, the convergence of these aspects is often overlooked, particularly in the legal field. The central issue is how the biopolitical model of power influences the experience of these minorities, perpetuating a dual discrimination. The goal is to explore this relationship to promote inclusion and respect for diversity, contributing to fairer and more empathetic policies









Conforme explica DePape e Lindsey (2015) pessoas com TEA identificam-se através da percepção que têm de si mesmas, das interações com outras pessoas, das experiências na escola, fatores relacionados ao emprego, entre outros. Por isso, a forma como indivíduos com TEA se identificam e percebem a si mesmos é um aspecto crucial para entender suas experiências e necessidades – inclusive quanto a sua sexualidade – para definir e efetivar direitos, etc. muito mais importante do que a forma que tem sido definido pelos manuais médicos e psiquiátricos.

### **3.1 Identidades hétero divergentes: Pessoas LGBTQIAPN+**

Tratada de maneira diversa pelas diferentes sociedades, a sexualidade, na contemporaneidade, deve ser entendida para além do que é considerado natural, ou seja, além dos aspectos reprodutivos. Isso porque a sexualidade humana é uma construção histórica, social e, acima de tudo, cultural, que impacta diretamente a formação do indivíduo. Assim, a compreensão de conceitos como sexo biológico, gênero, identidade de gênero e orientação sexual é fundamental para discutir as minorias sexuais e suas reivindicações de direitos.

O sexo biológico refere-se às características físicas com as quais um indivíduo nasce, incluindo genitália, cromossomos e hormônios. Michel Foucault (2020), argumenta que a biologia é frequentemente utilizada como uma ferramenta de controle social. A sociedade disciplinar usa o corpo como um ponto de partida para normatizar e categorizar indivíduos, perpetuando uma visão binária e reducionista do sexo.

Gênero é um conceito social e cultural que se refere aos papéis, comportamentos e expectativas atribuídas a indivíduos com base em seu sexo biológico. Judith Butler, em "Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade" (2020), desafia a ideia de gênero como uma categoria fixa. Butler propõe que o gênero é performativo, isto é, uma série de atos repetidos que consolidam as identidades de gêneros e gêneros inteligíveis, a mulher e o homem cisgênero. Dentro da perspectiva da autora, se deve subverter a noção de que gênero é uma extensão natural do sexo biológico, que produzem a ilusão de uma identidade fixa e coerente, enquanto, na realidade, as identidades de gênero são fluidas e constantemente negociadas.

Por sua vez, a identidade de gênero é a percepção interna e individual de uma pessoa sobre seu próprio gênero, que pode ou não corresponder ao sexo biológico. Os discursos sociais



e culturais moldam as identidades de gênero. A luta das pessoas trans e não-binárias para serem reconhecidas demonstra a complexidade e a fluidez da identidade de gênero, questionando as estruturas normativas impostas pela sociedade.

A orientação sexual refere-se às relações erótico-afetivas entre as pessoas, considerando o gênero com o qual um indivíduo escolhe se relacionar amorosa e/ou sexualmente. Existem diversas formas de se relacionar com outro ser humano, incluindo a heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade e assexualidade, por exemplo. O momento da vida ou do desenvolvimento em que a atração do indivíduo se define ainda é um mistério, assim como se sua origem é genética, social, psíquica ou uma combinação de todas essas possibilidades (Mazaro, 2023).

Conhecer os conceitos anteriores, permite compreender como os sistemas de poder e o conhecimento moldam as práticas e identidades sexuais, em um controle biopolítico dos corpos. E sexualidade entendida como uma construção social fica sujeita ao controle e a regulamentação por instituições como a família, a religião e o Estado. Ela desempenha um papel crucial na definição de muitas das ações do indivíduo e integra a maneira como ele interage com o mundo, por isso, o atual modelo heteronormativo marginaliza qualquer sexualidade divergente, como as LGBTQIAPN+.

A teoria foucaultiana explora a maneira como a sexualidade foi historicamente regulada e institucionalizada, destacando o papel do poder e do discurso na construção das normas sexuais. Pela leitura das obras “História da Sexualidade” de Foucault, é possível vislumbrar que a sexualidade é um campo estratégico de controle social, onde os mecanismos de vigilância e normalização disciplinam os corpos e as práticas sexuais. Esse enquadramento é essencial para compreender como as identidades sexuais minoritárias são marginalizadas e patologizadas

Assim, se observa que a sexualidade, longe de ser reprimida, foi cuidadosamente administrada e regulada pelo poder, especialmente a partir do século XVIII. Se verifica que a naturalização e generalização da sexualidade – por meio de discursos médicos, jurídicos, religiosos e psiquiátricos – criou uma rede complexa de poder que molda a subjetividade dos indivíduos. Essa proliferação de discursos sobre a sexualidade serviu não apenas para reprimir, mas também para produzir e normalizar determinadas práticas sexuais e identidades.







Michel Foucault, em “História da Loucura na antiguidade clássica” (2009), oferece uma perspectiva crítica sobre como a sociedade define e trata as condições mentais. Foucault argumenta que as definições de normalidade e loucura são construções sociais que refletem relações de poder. A partir dessa perspectiva, o autismo pode ser entendido não apenas como uma condição médica, mas também como um fenômeno que é moldado por contextos culturais e históricos. A obra de Foucault desafia a visão medicalizada do TEA e convida à reflexão sobre como as práticas sociais e institucionais influenciam a vida das pessoas com TEA.

A compreensão contemporânea do TEA contrasta com as visões históricas da loucura, como explorado por Silveira e Simanke (2009), que em uma análise da obra de Michel Foucault, descrevem como a sociedade ocidental, ao longo dos séculos, marginalizou e institucionalizou aqueles considerados "loucos". A partir dessa perspectiva, pode-se compreender como os conceitos de transtornos mentais, incluindo o TEA, são construídos e transformados socialmente através dos discursos médicos, que podem se perpetuar ou se modificar conforme a conveniência biopolítica:

Portanto, não há um espaço de neutralidade no qual o sujeito possa se posicionar, seja aquém ou além ao campo histórico de embate dos saberes do qual emerge e que o atravessa. Assim, é impossível que qualquer sujeito, no curso da História do Pensamento da Humanidade, se desvincule liberadamente das tensões epistêmico-discursivas nas quais se encontra imerso - produzido e produtor - nelas posicionado. Por outro lado, este tipo de análise nos permite a reflexão estratégica de nossa posição na cartografia de tais verdades e dizeres (Silveira; Simanke, 2009, p. 40-41).

Contudo, é importante lembrar que a identidade autista é multifacetada e inclui uma diversidade de experiências, habilidades e modos de interação com o mundo. As pessoas com TEA podem se identificar de várias maneiras, desde a aceitação da condição como uma parte central de sua identidade até a preferência por não serem definidas pelo diagnóstico. Essa diversidade reflete a ampla gama de manifestações do TEA, que podem variar em termos de habilidades sociais, interesses e comportamentos.

Temple Grandin, uma renomada cientista autista, junto com Richard Panek em “O Cérebro Autista” (2015), proporciona uma visão interna do autismo. Grandin descreve como as pessoas com TEA percebem o mundo de maneira única e oferece esclarecimentos importantes sobre a experiência autista. Ela, como mulher autista fala de suas percepções únicas e como estas ajudam a ver o mundo de uma forma diferente. A autora argumenta que a neurodiversidade



deve ser celebrada e que as pessoas com TEA têm contribuições valiosas a oferecer à sociedade, destacando a importância de reconhecer e valorizar as capacidades das pessoas com TEA, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa.

Essa perspectiva contrasta com a tendência histórica de marginalizar ou patologizar essas identidades. Foucault (2009) nos alerta para os perigos de uma sociedade que tenta normalizar todos os indivíduos, apagando as diferenças em nome de uma suposta homogeneidade. Reconhecer e valorizar as identidades das pessoas com TEA é um passo crucial para uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que respeita e efetiva direitos das pessoas neuro divergentes.

Aceitar o TEA como uma parte da diversidade humana e garantir os direitos das pessoas com esse transtorno são passos fundamentais para uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A reflexão sobre as práticas históricas de marginalização e disciplina pode nos orientar na construção de políticas e práticas que respeitem e valorizem todas as formas de existência.

#### **4 INTERSEÇÕES NECESSÁRIAS: AS PESSOAS LGBTQIAPN+ COM TEA**

Os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e da comunidade LGBTQIAPN+ representam um tema de relevância crescente no campo dos direitos humanos e da inclusão social. Ambos os grupos enfrentam desafios específicos e, muitas vezes, semelhantes em termos de estigma, discriminação e barreiras ao acesso a direitos fundamentais. Contudo, o mais importante são as suas interseções, ou seja, existem pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que têm TEA, cuja sexualidade acaba sendo desconsiderada na hora da efetivação de direitos.

As INTERSEÇÕES entre os direitos das pessoas com TEA e da comunidade LGBTQIAPN+ são complexas e formada por vários elementos e aspectos. Indivíduos que pertencem a ambos os grupos enfrentam um duplo desafio, lidando com estigmas e barreiras associadas tanto ao autismo quanto à orientação sexual ou identidade de gênero hétero divergentes.

A literatura e os estudos sobre essa intersecção são ainda limitados, mas é fundamental reconhecer a necessidade de políticas inclusivas que considerem essas múltiplas identidades.





Isso inclui a adaptação de serviços de saúde mental e apoio social que sejam sensíveis às necessidades específicas dessas populações.

Nielsson e Delajustine discutem a violência de gênero como uma questão pública e política. Empréstado os ensinamentos das autoras, é possível argumentar que a violência de gênero não é apenas uma "briga de marido e mulher", mas uma manifestação de poder que é exercida sobre os corpos, especialmente os corpos LGBTQIAPN+. Essa violência é uma forma de disciplinar e controlar corpos que desafiam as normas hegemônicas de gênero e sexualidade.

De tal modo que a prática da crueldade sobre o corpo das mulheres, bem como sobre corpos feminizados, fazem parte de um mesmo processo de disciplinamento social e controle, constituindo crimes típicos de um patriarcado colonial moderno que se consolida na esfera pública da modernidade, perpetuando a crueldade, assim, como prática de Estado, contra tudo aquilo que o desestabiliza. Em tais corpos, são inscritas e transmitidas mensagens que o Estado autoritário, violento, capitalista e patriarcal necessita impor sobre os membros de sua comunidade (Nielsson; Delajustine, 2020, p. 325).

Assim, é possível inferir que os corpos LGBTQIAPN+ são politicamente significativos e se tornam territórios de disputa de poder, sendo a violência de gênero uma ferramenta de biopolítica que visa manter a ordem social e suprimir as identidades desviantes. Ao inscrever o corpo LGBTQIAPN+ como território político, a violência de gênero revela as dinâmicas de poder que operam para silenciar e marginalizar essas identidades.

A teoria de Butler (2020) sobre a performatividade de gênero oferece uma lente poderosa para examinar como as pessoas com Transtorno do Espectro Autista experienciam e expressam suas identidades de gênero. As pessoas com TEA frequentemente enfrentam desafios únicos em relação à conformidade com as normas de gênero, devido às suas diferenças na comunicação, na interação social e na percepção sensorial.

A compreensão da performatividade de gênero pode ajudar a reconhecer que as expressões de gênero das pessoas com TEA podem divergir das normas convencionais, não por deficiência ou inadequação, mas como uma manifestação de suas subjetividades únicas. As práticas de gênero das pessoas com TEA podem incluir uma gama de comportamentos e expressões que desafiam as expectativas tradicionais e oferecem novas formas de entender e experimentar o gênero.

Por exemplo, algumas pessoas com TEA podem não aderir aos comportamentos de gênero típicos devido a dificuldades em interpretar e reproduzir sinais sociais ou devido a



interesses intensos em atividades não tradicionais para seu gênero. Essas divergências podem ser vistas através dos ensinamentos de Butler como formas de resistência às normas coercitivas de gênero e como oportunidades para expandir a compreensão do que é possível dentro das identidades de gênero.

Alguns autores entendem que a pessoa com TEA tendem a se inserir na minoria com orientação assexual, relatam menos desejo e comportamentos sexuais em comparação com outras orientações sexuais. Em um estudo realizado por Bush, Williams e Mendes (2020) com mulheres autistas entre 18 e 30 anos revelou que 36% das participantes se declararam assexual. Entre os participantes que não se identificaram como pertencentes ao espectro assexual, as orientações sexuais mais frequentemente relatadas foram: bissexual (15% da amostra total), pansexual ou polisssexual (14%), queer (10%) e gay ou lésbica (6%). Poucos participantes se identificaram exclusivamente como heterossexuais (8%).

Ao considerar a aplicação das ideias de Foucault (1978; 2020) à experiência das pessoas com TEA, é essencial reconhecer como as normas sociais e discursos dominantes também afetam essa população em termos de sexualidade e identidade. Elas muitas vezes enfrentam desafios adicionais em relação à expressão de sua sexualidade devido às barreiras sociais, estigmas e falta de representatividade.

A invisibilidade das experiências das pessoas com TEA em relação à sua identidade de gênero e sexualidade é uma forma de violência epistemológica, onde seus modos de ser e se expressar são deslegitimados. Ao reconhecer e validar as experiências diversas de gênero das pessoas com TEA, é possível desafiar as normas hegemônicas e promover uma maior inclusão e reconhecimento.

Assim, a desconsideração das necessidades e experiências das pessoas com TEA em relação à sexualidade pode ser vista como uma forma de controle biopolítico, onde suas identidades e práticas são reguladas e, muitas vezes, silenciadas. A falta de educação sexual inclusiva e a ausência de recursos adequados para pessoas com TEA refletem uma falha nas estruturas de poder em relação a efetivação de direitos humanos básicos desses sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interlocução entre a sexualidade LGBTQIA+ e o Transtorno do Espectro Autista é uma área que exige sensibilidade, respeito e uma abordagem inclusiva. É fundamental



reconhecer e valorizar a diversidade dentro do espectro autista e entender que a sexualidade é uma parte integral da identidade de todos os indivíduos, independentemente de sua neurodiversidade. Promover uma maior compreensão e inclusão pode contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as pessoas têm a oportunidade de viver suas vidas de forma plena e autêntica, tendo seus direitos efetivados.

As teorias de Michel Foucault e Judith Butler fornecem um quadro teórico robusto para entender como as identidades de gênero e sexualidade são construídas e reguladas. A aplicação dessas teorias às experiências das pessoas com TEA revela a complexidade das interações entre normas sociais, poder e identidade. Reconhecer e validar as diversas formas de expressão de gênero e sexualidade das pessoas com TEA é essencial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao desafiar as normas hegemônicas e criar espaços para a diversidade, pode-se avançar na luta por igualdade e dignidade para todos.

Assim, reconhecer a sexualidade das pessoas com TEA na comunidade LGBTQIAPN+ é entender que existem múltiplas identidades, que fazem surgir a necessidade de políticas inclusivas que abordem essa dupla vulnerabilidade. A aceitação do TEA como parte da diversidade humana e a valorização das contribuições únicas dessas pessoas são essenciais para uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Além disso, é importante compreender e respeitar todas as formas de existência e a construção de um ambiente onde os direitos de todas as identidades sejam efetivamente respeitados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Boston: Pearson, 2013.

BUSH, H. H.; WILLIAMS, L. W.; MENDES, E. Brief Report: Asexuality and Young Women on the Autism Spectrum. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 13 jun. 2020.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: Crocodilo Edições; N-1 Edições, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.





- DEPAPE, A. M.; LINDSAY, S. Lived Experiences From the Perspective of Individuals With Autism Spectrum Disorder. **Focus on Autism and Other Developmental Disabilities**, v. 31, n. 1, p. 60–71, 18 maio 2015.
- FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo (Sp): Perspectiva, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.
- GRANDIN, T. PANEK, R. **O cérebro autista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- MAZARO, J. L. **A tutela jurídica e reconhecimento da "pessoa virtual" e da sexualidade virtual" no ciberespaço**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Centro de Ensino Superior de Maringá.
- NIELSSON, J. G.; DELAJUSTINE, A. C. A dimensão pública da violência de gênero e a inscrição política do corpo como território: muito mais do que “briga de marido e mulher”. **Revista Quaestio Iuris**, v. 13, n. 1, 21 maio 2020.
- SILVA, S. R.; RUIVO, S. R. F. A atuação do psicopedagogo com a criança com transtorno do espectro autista. **Revista Construção Psicopedagógica**, v. 28, n. 29, p. 61–70, 2020.
- SILVEIRA, F. DE A.; SIMANKE, R. T. A psicologia em História da Loucura de Michel Foucault. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, p. 23–42, 1 abr. 2009.
- WING, L. **The autistic spectrum: a guide for parents and professionals**. London: Robinson, 1996.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Classificação Internacional de Doenças (CID-11)**. Disponível em: <https://icd.who.int/en>. Acesso em 29 jul. 2024.